

UNIDADE 4

MEMÓRIA E PATRIMÔNIO

4.1 OBJETIVO GERAL

Apresentar ideias e conceitos sobre memória e patrimônio, visando possibilitar o conhecimento das bases teóricas e práticas desses temas.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Ao final desta unidade, você deverá ser capaz de:

- a) conceituar memória;
 - b) identificar o que é patrimônio;
 - c) caracterizar as relações entre a memória, o patrimônio e a Biblioteconomia.
-

4.3 INTRODUÇÃO

Na parte introdutória desta disciplina, lembrei que a história de um povo se constrói a partir de seu passado. Creio que isso foi fácil perceber quando analisamos a relação entre os equipamentos informacionais e a sociedade; entre os suportes informacionais e a sociedade; entre o conhecimento e a sociedade.

É claro que você vai se recordar de que afirmei que a biblioteca, a Biblioteconomia e os bibliotecários eram objeto das transformações ocorridas na sociedade e, ao mesmo tempo, eram sujeitos dessas transformações. Não somos apenas influenciados, também influenciemos.

Na história do homem, da sociedade e das relações sociais, fazemos parte dela e somos produto das constantes e ininterruptas lutas e embates em busca do poder.

A busca pelo poder, entre outras coisas, gera grupos que dominam outros, que procuram preservar seu poder se utilizando de várias armas e ferramentas. Algumas são materiais, objetivas, palpáveis, concretizadas no âmbito do real; outras são intangíveis, virtuais, concretizadas no âmbito do imaginário, do ideológico (embora o ideológico não seja apenas intangível).

A preservação de um conhecimento específico, em detrimento de outros, é uma dessas ferramentas intangíveis. Não permitindo que os interesses, desejos e necessidades de grupos humanos possam se manifestar e se materializar em suportes concretos, inviabilizamos o desenvolvimento desses grupos e fortalecemos a existência de um único tipo de pensamento, de concepção, em detrimento de outros. Esse tipo de pensamento, de concepção, se traduz naquele de interesse de uma elite, não só econômica, mas social, política, educacional, cultural etc.

Podemos nos lembrar da censura imposta pela Igreja Católica Romana, que perdurou até além de meados do século XX. Tal censura era chamada de *Index Librorum Prohibitorum* e constava de uma lista com livros proibidos para os católicos. A Igreja, óbvio, tem o direito de manifestar sua contrariedade em relação ao conteúdo de determinadas obras, sejam escritas ou não, mas sempre se utilizou de formas de pressionar instâncias, públicas ou privadas, que, de alguma forma, estavam envolvidas ou relacionadas com a concretização das obras que constassem da lista censora. As pressões podem ocorrer diretamente sobre as editoras como também nas agências de fomento, leis de apoio e incentivo cultural, e instâncias de financiamento.

Quando menino, lembro que em alguns livros constava, no verso da página de rosto – e, às vezes, na própria página de rosto – a expressão “*Nihil Obstat*”, que significa, em latim, “nada obsta”. Isso significa que algum membro da Igreja havia autorizado a publicação do livro.

Esse não é um exemplo de censura?

Durante o regime militar, a ditadura que vivenciamos durante os anos de 1964 a 1985, muitos livros foram censurados: tiveram suas edições proibidas ou recolhidas. Em várias bibliotecas muitos livros foram retirados das estantes e levados para locais ignorados. Peças teatrais, filmes, obras de arte etc também foram recolhidas ou impedidas de serem expostas. Músicas foram censuradas e também o foram até novelas.



Multimídia

Para que você tenha acesso a mais informações sobre a censura no Brasil, estão indicados a seguir links para alguns textos e filmes sobre esse tema nesse período.

Os três primeiros se referem a estudos sobre a censura:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142014000100008>.

<<http://memoriasdaditadura.org.br/livros-sob-censura/index.html>>.

<<http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/viewFile/124/71>>.

Os três próximos links também abordam o assunto, mas em forma de vídeos. *Ditadura e Censura* foi produzido pela *Rede Globo de Televisão*. Vale alertar que essa emissora foi uma das apoiadoras do golpe militar que redundou na ditadura de aproximadamente 20 anos. Em formato mais jornalístico, o vídeo pretende apresentar aspectos da censura no âmbito da cultura no Brasil:

<<https://www.youtube.com/watch?v=9T6dZDMEo7s>>.

O vídeo chamado *Censura na Ditadura Militar – Brasil* possui uma abordagem mais artística sobre a censura. Utiliza recursos de som, imagens fixas e em movimento e lida com situações vivenciadas pelos artistas brasileiros no período da ditadura militar.

<<https://www.youtube.com/watch?v=b5hbPL7B9sA>>.

Este terceiro e último vídeo traz uma palestra, proferida pela professora pesquisadora *Dra. Sandra Reimão*, que trata sobre a censura de livros no período militar. O enfoque da palestra e da pesquisa é o livro e o que ocorreu com ele, não só em relação aos aspectos legais da censura – leis publicadas sobre a censura – como também o que vivenciaram os editores, livreiros e autores de livros.

<<https://www.youtube.com/watch?v=baeag5t54cc>>.

Da mesma forma, outras situações seguiram o mesmo caminho, obstaculizando a manifestação de ideias e concepções contrárias às entendidas como “oficiais.”

Mas não foi apenas a impossibilidade de materialização do conhecimento da maioria dos grupos da sociedade que se transformou em armas de defesa de um único modo de pensar. A destruição do passado de muitos povos também constitui tipos diferentes dessas armas.

A memória de um povo, quando destruída, pode redundar na própria destruição desse povo.

Quando falamos de memória, nos reportamos ao conhecimento, mas também ao patrimônio, que exterioriza a cultura de um povo.

Assim como a memória, o patrimônio faz parte dos interesses da Biblioteconomia, mas dentro de determinados parâmetros e a partir de certas características.

4.4 MEMÓRIA

Pensei em começar esta seção sobre memória de uma maneira que, do meu ponto de vista, facilitaria o entendimento dos aspectos conceituais do tema. Mas, na hora em que sentei para escrever, simplesmente esqueci o que havia pensado.

Claro que essa é uma brincadeira, embora aconteça com todo mundo e com muita constância.

Comecei a seção falando de memória e acrescentando a ideia de esquecimento, pois memória e esquecimento existem e caminham juntas.

Quando pensamos em memória nos vem à mente a ideia de recordações, de lembranças; coisas que vivenciamos quando crianças ou quando adultos ou, ainda, que nos aconteceram dias ou horas atrás. A memória guarda e reproduz, quando desejamos, acontecimentos, situações de nossa vida. É bom fazer uma ressalva: não nos recordamos de fatos sempre que desejamos. As coisas, infelizmente, não são bem assim. Muita coisa se perde na memória ou se confunde com outras coisas, com momentos em que ocorreram, com pessoas ou situações diferentes.

Há coisas que quero lembrar, mas não sei se ocorreram quando eu tinha 5, 6, 8 ou 10 anos de idade. Algumas histórias, depois de um tempo, parecem que ocorreram com outras pessoas ou comigo, já não sei mais. Você já ouviu a expressão “A memória nos prega peças”? Pois é.

Numa das seções de tratamento dentário, minha dentista me disse que eu poderia sentir algum incômodo no dente restaurado por causa da memória do dente. “Memória do dente?” – perguntei. Ela me explicou que meu corpo estava acostumado com a altura daquele dente. Quando ela o restaurou, a altura mudou e o corpo entende que essa nova altura, por ser diferente da anterior, não é a, digamos, correta. O meu corpo precisa de um tempo para se acostumar com essa mudança. A memória nos prega peças e os dentes também.

Alguns filmes lidam com a memória como base para seus enredos. Uma produção antiga – que considero entre os filmes – de que eu mais gostei e que já foi refilmada e exibida inclusive – é considerada como “cult”: *Blade Runner, o caçador de andróides*. Produzido em 1982, este filme é até hoje lembrado e cultuado. Nele, há uma geração de andróides que têm memórias implantadas e se confundem com a realidade.

Outro filme que aborda essa temática é *Brilho eterno de uma mente sem lembranças*. A mulher (*Kate Winslet*), com recursos tecnológicos, apaga a lembrança de um relacionamento. Seu ex-namorado (*Jim Carrey*), ao saber disso, tenta fazer o mesmo.

Vários filmes utilizam o mesmo recurso para desenvolver sua história. Poderia citar vários, mas apenas indicarei mais um: *Amnésia*. O personagem principal, por um trauma sofrido, perde a memória recente e se vale de recursos para informar a si mesmo dos acontecimentos e situações que vivencia e esquece. A temática da informação também está presente, pois o personagem se utiliza de fotos, mensagens e recados destinados a ele mesmo e, o que ele considera mais importante, registra fatos que entende como verdadeiros tatuando o corpo.



Curiosidade

Você ficou interessado em assistir ao filme *Amnésia*? Veja a seguir a sinopse:

O filme apresenta *Leonard Shelby* (Guy Pearce) como um homem atormentado e que sofre de uma curiosa condição: ele é incapaz de memorizar coisas recentes. Ele sofreu um sério ferimento na cabeça ao tentar evitar que a mulher fosse estuprada e assassinada, e anos depois, seu único objetivo é encontrar o homem que acabou com sua vida. Para isso, Leonard faz várias tatuagens com “avisos” pelo seu corpo e costuma seguir uma lista de regras: evita falar ao telefone e faz anotações nos versos de cada fotografia que tira das pessoas ao seu redor. É assim que ele conhece o chato *Teddy* (Joe Pantoliano) e a ambígua *Natalie* (Carrie Anne-Moss), que é mais conhecida por ter interpretado a *Trinity* na trilogia *Matrix*. (CINEMA DE BUTECO, 2018).¹⁸

Comenta-se muito hoje – provavelmente porque temos pesquisas e dados que nos levam a conhecer melhor o problema – sobre o “mal de Alzheimer.” Uma doença pode nos alijar de nossa história. É triste. Quase todos nós tememos essa doença.

Outro dia, fiquei muito emocionado lendo um livro de *Marcelo Rubens Paiva* que lida com esse tema. O livro se chama *Ainda estou aqui*. Para aqueles que se interessarem, vale a leitura.



Explicativo

Quer saber como é esse livro comovente? Veja uma pequena amostra:

[...] Não nos lembramos das primeiras imagens e feitos da vida: do leite do peito, das grades do berço, do móbil que se mexe sozinho magicamente, de nos virar, não conseguir desvirar e chorar até alguém acudir, de como jogar as perninhas pro lado, nos virar e desvirar sozinhos, o primeiro movimento que revela um domínio corporal relevante da vida, do qual nos orgulhamos imensamente, como nos erguer no berço, na cama dos pais, no chão, da primeira vez que ficamos de pé, apoiados na parede, o segundo movimento de domínio corporal do qual nos orgulhamos imensamente, de jogar brinquedos para fora do berço, de quem são papá e mamã, de

¹⁸ CINEMA DE BUTECO. *Amnésia*. Disponível em: <<http://www.cinemadebuteco.com.br/criticas/amnesia/>>. Acesso em: 13 de outubro de 2018.

apertar bonecos, que dizem 'você é meu amigo', 'coraaaação', 'quem tá feliz bate palmas', de que chorar é recompensador, do fascinante interruptor que acende e apaga a luz, do mundo dos vários botões ao redor, do mundo em que passam aviões no céu, e há tomadas, o papel rasga, a impressora cospe papel, a gaveta abre e fecha, abre e fecha, e há gavetas por todos os lados, de ligar a TV, de chamar o elevador, das teclas do telefone e computador e controle remoto, do primeiro contato com o magnífico celular, que toca música, e de uma queda livre sem apoio que com o tempo se transforma em caminhar e é aprimorada, um movimento que todo mundo incentiva e adora e bate palmas pra ele.

Nos lembramos disso diariamente, ao sair do berço, de ir atrás do celular, do controle, de tentar caminhar, de rasgar papel, de abrir e fechar gavetas [...]

Já temos MEMÓRIA desde o primeiro dia em que nos deram à luz! Temos lembranças assim que acordamos, lembramos que o mundo é magnífico, sentimos um vazio no estômago, uma fralda pesada [...].

Somos um pi-to-qui-nho de gente pe-ti-ti-ti-ca e temos memória, referências, jogamos com elas, calculamos nossas ações nos apoiando em lembranças (já) solidificadas. No entanto, não nos lembramos de nada disso, anos depois. Não nos lembramos de nada disso, mas nos lembramos do triciclo que ganhamos aos três ou quatro anos, da pré-escola, de uma festa de aniversário em que foram TODOS os amigos, de alguns brinquedos, babás, casas em que moramos, corredores, quartos, castigos, brigas, escolas, tias-professoras, coleguinhas.

As primeiras lembranças que guardamos para o resto da vida são as de quando temos três ou quatro anos, e a cada ano que passa virão mais lembranças que serão guardadas, cinco, seis, sete, que se tornaram as primeiras lembranças mais fortes do que o esquecimento, que serão cobertas por novas experiências, que se acumulam, se acumulam, oito, nove, dez... [...] (PAIVA, 2015, p.15-17).¹⁹


Memória é muito mais do que lembranças. Isso é possível afirmar, pois, como disse antes, a memória também abarca o esquecimento. Lembramos algumas coisas e esquecemos outras, assim funciona a memória. E o esquecimento não é apenas o contrário da memória e a faz existir, o esquecimento é também uma forma de sobrevivermos. Memória e esquecimento caminham juntos e nos levam a não assumirmos a memória como verdade.

Um outro dado importante que devemos atentar é que a memória pode ser individual e coletiva.

Um autor do tema memória, e de cujas ideias gosto muito, chamado *Eduardo Murguía*, sobre esse assunto nos diz:

Na década de 20 algumas dessas considerações vindas da memória individual foram deslocadas para a problemática da memória coletiva, com o qual a

¹⁹ PAIVA, M. R. **Ainda estou aqui**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015. 296 p.



memória no plano do coletivo possuiria as mesmas características da memória individual com uma outra ênfase a mais: ela é um elemento necessário para a identidade de um grupo, de uma coletividade, de uma sociedade. (2010, p. 8)

Vivemos no coletivo e nossa memória, além de individual, também é coletiva. Partilhamos uma história coletiva, de todos os que vivem próximos.

Há alguns anos – para ser mais preciso, em 1972 – houve um acidente com um avião uruguaio. Por um problema, o avião caiu nos Andes e os sobreviventes, para se manter vivos, foram obrigados a comer carne humana. Esse episódio marcou a história uruguaia e faz parte da memória coletiva daquele país.

O Brasil também tem histórias como essa: a morte de vários presos pela polícia do estado de São Paulo, em uma rebelião (fato conhecido como o *Massacre de Carandiru*), por exemplo.

Outra história bastante conhecida é de Canudos. Nesse lugar, várias lutas foram travadas pelos seguidores de *Antônio Conselheiro* e por destacamentos enviados pelo governo. O número de mortos foi grande e Canudos foi arrasada. Vários livros contam essa história, mas o mais famoso sem dúvida é *Os Sertões*, de *Euclides da Cunha*.

Essa memória coletiva pode estar circunscrita apenas a um grupo de pessoas, de uma cidade, de um bairro, de uma rua. As pessoas podem contar casos de morte, assassinatos em uma casa, e essa história é conhecida apenas pelos que vivem naquele lugar. Você não precisa vivenciar um fato para participar da memória dele.

Algumas situações que ocorrem em nossa família fazem parte da memória dela. Um livro da *Zélia Gattai*, que não é um dos mais conhecidos dela, fala de “códigos” familiares, ou seja, frases, gestos etc. que têm um significado apenas compreensível pelos que vivem ou viveram naquele espaço. *Zélia* conta algumas histórias que ocorreram em sua família, com filhos, com seu marido, *Jorge Amado*, com tios etc., e que, por um ou outro motivo, deixaram marcas, normalmente por seu caráter cômico. Essas histórias são, geralmente, sintetizadas em uma palavra, destacada do acontecimento ou que redundou no próprio acontecimento.

Na minha família, por exemplo, aconteceu de um parente beber, como se dizia, “um pouco mais da conta”. O problema é que essa pessoa não tinha o hábito de beber e passou a dizer para meu pai: “Deixa eu falar, deixa eu falar.” Meu pai não o estava impedindo de falar e, depois de um tempo, disse: “Fala aí.” Após o acontecido, entre meus pais, meu irmão e eu, o “Fala aí”, repetido muitas vezes, tinha um significado que só nós entendíamos. Pessoas de fora nos viam rindo e não entendiam o motivo.

O livro de *Zélia Gattai*, para os interessados, chama-se *Códigos de Família*.

Extraí do livro do *Eduardo Murguía* um outro trecho que é importante para entendermos a relação da memória com a Biblioteconomia:

Perante as mudanças expressas pela modernidade da sociedade industrial, a forma de transmissão da memória coletiva perdeu seus canais, seus meios. Esse desaparecimento fez com que fosse necessário a cria-

ção de espaços ou lugares da memória. Esses espaços podem ser simbólicos (como as efemérides ou nome de ruas) ou físicos. Os espaços da memória têm assim, uma dupla função: simbólica, no sentido de representar dentro de uma cidade ou espaço dedicado à recordação social; e uma função informacional, no sentido de lembrar os acontecimentos, pessoas e lugares que realmente existiram e cujas provas podemos encontrar nesses lugares.

Pautados nessas considerações, entendemos Arquivos, Bibliotecas e Museus como lugares de Memória. (MURGUIA, 2010, p. 8).

A biblioteca, nosso espaço de trabalho, vai se preocupar com a memória coletiva, embora esta seja feita também de memórias individuais, de memórias pessoais. Biografias de pessoas conhecidas ou não trazem a cultura, os valores, a sociedade da época em que elas viveram. Contam, assim, a história dessas pessoas, mas, ao mesmo tempo, contam a história de um país, de uma época.

Atividades desenvolvidas em bibliotecas buscam resgatar a memória de pessoas mais velhas que vivem na comunidade servida por elas. A intenção é a de preservar não apenas a história do indivíduo, mas a história coletiva, a história da própria comunidade.

Está vendo qual a nossa importância, qual o nosso fazer quando se trata da memória?

Angela Maria Barreto afirma, sobre a ideia de memória individual, o seguinte:

Não é possível estabelecer uma memória exclusivamente individual porque as lembranças pessoais são constituídas pelas referências dadas pelo grupo social. O que é individual é apenas a maneira singular com que cada indivíduo articula o acervo de lembranças. (BARRETO, 2006, p. 25-26).

Essa autora acrescenta, referindo-se, agora, mais especificamente à memória social:

Ao produzir teias de significação para si mesmo, o homem fundamenta sua vida social trocando informações e conteúdos simbólicos, deslocando-se do seu mundo individual para o social e deste para aquele. O conjunto das informações e dos conteúdos simbólicos dizem [*sic*] respeito à memória social de um grupo. O grupo ou comunidade fixa em algum tipo de suporte material o seu acervo de lembranças, para que possam ser reproduzidas e ou transformadas/continuadas, permitindo a dinâmica social e garantindo a continuidade da vida em grupo. (2006, p. 23)

Em suma, fazemos parte dos espaços da memória e trabalhamos com ela, tanto individual, como coletiva. Não esqueça isso.

4.5 PATRIMÔNIO

Quando falamos em patrimônio, nossa primeira ideia é a relacionada aos bens de uma pessoa. Vivemos em uma sociedade capitalista e essa reação é normal.

O patrimônio pode não estar circunscrito apenas aos bens de uma pessoa, mas pode se referir aos bens de uma empresa, de uma instituição, de um município, de um estado ou de um país.

Uma pessoa fez a seguinte pergunta para determinada senhora: “Qual o seu patrimônio?” A senhora respondeu de imediato: “Meu maior patrimônio são meus filhos”. Essa resposta é diferente da que identifica patrimônio com bens materiais, contabilizados entre as “riquezas” que se identificam de maneira econômica e monetária. Ela tem um outro tipo de identidade: a afetiva, amorosa, filial.

Na Biblioteconomia, trabalhamos com o patrimônio, mas com outro sentido ou outros sentidos. Não nos interessam os bens que podem ser transformados em dinheiro, mas aqueles que possuem outros significados.

Podemos dividir o patrimônio, nessa acepção que interessa à Biblioteconomia, em dois grandes tópicos: um que diz respeito ao patrimônio físico, ou seja, os prédios, as construções. O outro refere-se a aspectos virtuais, não materiais, que designamos patrimônio imaterial.

O patrimônio físico abrange prédios, construções em estilos de arquitetura, estruturas etc., e, entre essas, algumas que são “tombadas”, consideradas patrimônio cultural. Há patrimônios culturais de lugares específicos, de espaços maiores, até patrimônios culturais da humanidade.

Você já percebeu que há várias designações que tratam de maneira diferente – ou não tão diferente assim – a ideia básica de patrimônio. Acima, falei em patrimônio físico, patrimônio não físico (ou imaterial) e patrimônio cultural. Posso aqui incluir outros vários termos, como patrimônio natural, patrimônio de conhecimento, patrimônio histórico, patrimônio público, patrimônio individual, patrimônio coletivo, patrimônio arqueológico, patrimônio ferroviário etc. É muito patrimônio para pouco espaço que tenho para falar do assunto.

Vamos focar em alguns deles.

Patrimônio natural, por exemplo, tem relação com o legado da natureza, como as lindas praias brasileiras, a floresta amazônica e a própria Amazônia, o Pantanal e inúmeros outros locais brasileiros. Os homens, infelizmente, interferem no meio ambiente, quase sempre para pior, não preservando o que a natureza construiu.

Falando em construção, temos alguns patrimônios que foram construídos a partir da interferência do homem. Esse é o caso de Brasília, da ponte Rio-Niterói, da própria cidade de São Paulo, do Cristo Redentor, de inúmeros teatros etc.

Figura 8 – Cristo Redentor: patrimônio local e mundial.



Fonte: Wikimedia Commons²⁰

Outra forma de identificar patrimônios – e que é de interesse da Biblioteconomia – é a distinção entre patrimônio material e imaterial.

No Brasil temos um Instituto que se preocupa com o Patrimônio, é o *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (IPHAN). Ele assim define o patrimônio material:

Patrimônio material


O patrimônio material protegido pelo Iphan é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza, conforme os quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216, ampliou a noção de patrimônio cultural ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial e, também, ao estabelecer outras formas de preservação – como o Registro e o Inventário – além do Tombamento, instituído pelo Decreto-Lei nº. 25, de 30 de novembro de 1937, que é adequado, principalmente, à proteção de edificações, paisagens e conjuntos históricos urbanos.

Os bens tombados de natureza material podem ser imóveis como as cidades históricas, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; ou móveis, como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

A relação de patrimônios materiais tombados pelo Iphan podem ser acessados [*sic*] por meio do Arquivo Noronha Santos ou pelo Arquivo Central do Iphan, que é o setor responsável pela abertura, guarda e acesso aos processos de tombamento, de entorno e de saída de obras de artes do País. O Arquivo também emite certidões para efeito de prova e faz a inscrição dos bens nos Livros do Tombo.

(Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/276>>. Acesso em: 13 out. 2018)

²⁰ WIKIMEDIA COMMONS. Artyominc. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Christ_on_Corcovado_mountain.JPG>. Acesso em: 13 out. 2018.



Os bens “tombados” são aqueles que o Estado reconhece como importantes e representantes da cultura brasileira. Considerados dessa forma eles devem ser preservados e não podem ser alterados, modificados, restaurados etc., sem a expressa autorização do órgão que cuida desses assuntos, no caso, o IPHAN.

Repare que os bens de natureza material englobam os museus, os arquivos, as bibliotecas, ou seja, todos os edifícios que guardam, preservam e disseminam informações reconhecidas como de valor histórico e cultural para o Brasil.

Mencionei também os bens imateriais. Como poderíamos defini-los?

O mesmo IPHAN, citado acima, entende patrimônio imaterial da seguinte forma:

Patrimônio Imaterial

Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas). A Constituição Federal de 1988, em seus [artigos 215](#) e [216](#), ampliou a noção de patrimônio cultural ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial.

Nesses artigos da Constituição, reconhece-se a inclusão, no patrimônio a ser preservado pelo Estado em parceria com a sociedade, dos bens culturais que sejam referências dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. O patrimônio imaterial é transmitido de geração a geração, constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) define como patrimônio imaterial “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural”. Esta definição está de acordo com a [Convenção da Unesco para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial](#), ratificada pelo Brasil em março de 2006.

(Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>>. Acesso em: 13 out. 2018)

Agora estamos em outro âmbito, o dos materiais que não são tangíveis, palpáveis, que não podemos tocar. Nele estão incluídas as festas, as danças, as canções populares, os modos de produzir alguma coisa, as manifestações culturais, incluindo as religiosas etc. O Brasil é pródigo nesse tipo de manifestação, como Círio de Nazaré, Folia de Reis, festas juninas, Bumba meu Boi, Boi-Bumbá, vaquejada e tantas outras.

Figura 9 – As festas juninas são muito populares e, em alguns lugares, as mais importantes festas do ano.



Fonte: Wikimedia Commons²¹

Algumas dessas manifestações têm sua origem em outros países, em outros locais, mas sofreram muita influência de nosso povo e se transformaram em algo diferente, em algo único.

Mas para não nos perdermos nesse emaranhado de termos, antes de seguirmos, é preciso apresentar um entendimento, dentre outros possíveis, que nos orientará na busca da compreensão do tema. Ele nos é fornecido por *Carlos A. C. Lemos*, autor de um livro chamado *O que é patrimônio cultural*, publicado na *Coleção Palavra-Chave*. Essa coleção, vale enfatizar, apresenta alguns assuntos de forma sucinta e didática, sendo de grande apoio para o início de uma pesquisa. *Carlos Lemos*, baseado em outro autor, *Hugues de Varine-Boham*, nos diz que:

[...] o Patrimônio Cultural seja dividido em três grandes categorias de elementos. Primeiramente, arrola os elementos pertencentes à natureza, ao meio ambiente. São os recursos naturais, que tornam o sítio habitável. Nesta categoria estão, por exemplo, os rios, a água desses rios, os seus peixes, a carne desses peixes, as suas cachoeiras e corredeiras transformáveis em força motriz movendo rodas de moendas, acionando monjolos e fazendo girar incrivelmente rápidas turbinas de eletricidade. [...]

O segundo grupo de elementos refere-se ao conhecimento, às técnicas, ao saber e ao saber fazer. São os elementos não tangíveis do Patrimônio Cultural. Compreende toda a capacidade de sobrevivência do homem no seu meio ambiente. Vai desde a perícia no rastreamento de uma caça esquiva na floresta escura até às mais altas elocubrações matemáticas apoiadas nos computadores de última geração, que dirigem no

²¹ WIKIMEDIA COMMONS. Agecom Bahia. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:São_João_no_Pelô_2.jpg>. Acesso em: 13 out. 2018.

espaço cósmico as naves interplanetárias que estão a ampliar o espaço vital do homem. [...]

O terceiro grupo de elementos é o mais importante de todos porque reúne os chamados bens culturais que englobam toda sorte de coisas, objetos, artefatos e construções obtidas a partir do meio ambiente e do saber fazer". (1985, p. 8-10)

Essa citação, acredito, pode nos levar a ter uma ideia mais geral e melhor do que é patrimônio e o motivo pelo qual vamos nos ater ao Patrimônio Cultural, uma vez que é ele que interessa diretamente à Biblioteconomia.

Seguindo a mesma ideia, *Gabriel Spina* e *Edgar Serratto* abordam o tema da seguinte maneira:

O patrimônio histórico e cultural manifesta-se na forma física e também nas expressões imateriais, como o carnaval, a festa junina, bem como nas demais celebrações, acontecimentos e tradições da cultura popular, podendo ser classificado de acordo com a sua categoria e o valor que lhe é atribuído. Em suma, o patrimônio é o conjunto de todos os bens, materiais ou imateriais, que, pelo seu valor próprio, devem ser considerados de interesse relevante para a permanência e para a identidade da cultura de um povo (BALTAZAR, 2011). Esses bens históricos são suportes da memória e instrumentos utilizados para a história reaparecer. Qualquer objeto carrega em si aspectos simbólicos, culturais e memoriais. A memória é o suporte da história. Memória e história são parceiras na reconstrução do passado. Tanto a memória pode contribuir como fonte para a história quanto o registro histórico pode produzir uma nova reflexão sobre as marcas da memória. E a junção ou conjugação da história e da memória criam a identidade. (2015, p. 101)

Os mesmos autores afirmam que "a questão da urbanização e do patrimônio ambiental urbano foi levantada somente na década de 1970". (2015, p. 105).

Sobre essas duas falas, é preciso destacar:

- a) em relação à citação maior, no seu início, a inclusão do termo *patrimônio histórico e cultural*. Há concepções que entendem os dois termos como quase sinônimos. Podemos dizer, seguindo esse modo de pensar, que patrimônio histórico e cultural se constitui em um único termo. Outros preferem trabalhar como se patrimônio histórico e cultural constituíssem em dois termos diferenciados. Você, com mais leituras, optará por um ou por outro entendimento. Qual o correto? Aquele que você entender que é;
- b) quanto à citação menor, os autores apresentam um outro tipo de patrimônio, o *ambiental urbano*. Vale o alerta, já feito anteriormente, sobre a quantidade de adjetivações associadas à palavra *patrimônio*.

Como ficou evidenciado, apresentei uma relação entre o *patrimônio cultural* e o *patrimônio histórico*. É importante trazer uma outra autora, *Erivania Lopus*, que pesquisa e escreve sobre o patrimônio histórico:

Mas afinal de contas, o que é *patrimônio histórico*? O patrimônio é o símbolo de uma vivência que é temporária, mas que se torna eterna através de seus bens/monumentos, traz em si um elemento identitário muito forte, construindo um conjunto de imaginários que nos diz quem somos, de onde viemos e para onde queremos ir. Faz-se necessário perceber que o patrimônio não é só um bem em si, mas também o uso que aquele bem tem para a perpetuação da memória de uma coletividade, pois o patrimônio histórico não é algo concreto somente, é algo também subjetivo, cheio de significado. Neste cenário, a memória desempenha um importante papel, pois presentifica, através de suas lembranças e de seu patrimônio, o já vivido. Porém, a falta de conscientização sobre o real valor do patrimônio, por parte setores da sociedade, considera o “tombamento” como prejuízo financeiro. Aliás, a exploração do turismo, motivada por interesses financeiros tem contribuído para a intensificação de ações de restauração e de ressignificação (novo uso) de monumentos históricos. O patrimônio histórico, imbuído de subjetividade e vivência social, contribui para a percepção da identidade. E por via dele também, constrói-se um conjunto de imaginários que nos dizem quem somos, de onde viemos e para onde queremos ir. (2017, p.12-13)

A citação faz referência à estreita relação do patrimônio histórico com a memória. Isso nos leva a entender como esses dois tópicos estão incorporados a esta disciplina dentro do curso de Biblioteconomia.


Outra referência presente na citação é a ideia de identidade. Não trabalharemos com esse assunto aqui, mas você encontrará muitos textos nos quais essa relação estará presente.

Os autores que citei mais acima, ou seja, *Gabriel Spina* e *Edgar Serrato* (2015), se utilizam das ideias de outros dois autores (*Funari* e *Pelegrini*, em uma obra intitulada *Patrimônio histórico e cultural*) para expressar suas concepções sobre patrimônio. Veja o que eles dizem:

A obra apresenta duas diferentes ideias relacionadas ao patrimônio. A primeira está ligada aos bens que transmitimos aos nossos herdeiros e que podem ser materiais, como uma casa ou uma joia com valor monetário determinado pelo mercado ou bens materiais de pouco valor comercial, mas de grande valor emocional, como uma foto ou uma imagem religiosa. Estes podem ser itens do patrimônio de um indivíduo e constar em seu testamento. Nesse sentido, além destes, temos o patrimônio espiritual ou imaterial inestimável, que são os conhecimentos e as infinitudes de ensinamentos e lições de vida que nos deixaram (FUNARI; PELEGRINI, 2006).

Esses são exemplos de patrimônio individual, que é mais fácil de ser definido. No entanto, temos, tam-





bém, o patrimônio coletivo, que não depende só de um indivíduo para definir o que é interessante. O coletivo é sempre mais distante, pois é definido e determinado por outras pessoas, desde comunidades pequenas até municípios, estados, nações ou a humanidade como um todo. Por isso, há uma multiplicidade de pontos de vista, de interesse e de ações no mundo. O que para uns é patrimônio para outros não é. Além disso, os valores sociais mudam com o tempo. Por tudo isso, convém analisar como o patrimônio foi visto ao longo dos tempos e dos grupos sociais. (FUNARI; PELEGRINI, 2006 citado por SPINA; SERRATO, 2015, p. 108)

Os dois autores (ou os quatro, na medida em que dois citam outros dois) abordam o patrimônio individual e o patrimônio coletivo. Achei interessante incluir aqui essas duas concepções pois, basicamente, na Biblioteconomia, nosso interesse recai sobre o patrimônio coletivo. Claro que o patrimônio individual de determinadas pessoas pode se tornar de nosso interesse caso essa pessoa promova ações e atividades que, de alguma maneira, possam ser consideradas como de importância para o coletivo.

No trecho citado imediatamente acima, entendo ser importante pontuar algumas ideias. A primeira delas é a que afirma que o que é patrimônio para uns pode não ser para outros. Essa é uma assertiva que merece um pouco de reflexão, uma vez que nos coloca uma questão: se o que é patrimônio para uns pode não ser para outros, como definimos o que é patrimônio cultural, como definimos o que é patrimônio histórico? O que é esse valor cultural ou histórico que faz com que algo possa ser entendido como patrimônio? E mais, quem determina essa “qualidade”?

Quase sempre outorgamos a especialistas a tarefa de nos dizer o que é que receberá o carimbo de patrimônio histórico e cultural. Esses especialistas se destacam ou por suas competências ou por seu status na academia ou em cargos de instituições que lidam com o patrimônio. Um alerta: apesar de serem especialistas, de terem conhecimento teórico e/ou prático sobre o assunto, tais pessoas não são neutras, ou seja, defendem ideias e concepções sobre patrimônio que interferirão nas atribuições do caráter de patrimônio para alguns bens materiais ou imateriais. Isso fica claro quando acatamos a ideia de que o que é patrimônio para alguns pode não ser para outros.

Mais um trecho interessante que merece um espaço para ser analisado, embora rápida e superficialmente: “os valores sociais mudam com o tempo” e “convém analisar como o patrimônio foi visto ao longo dos tempos e dos grupos sociais”. Essa ideia nos lembra algo que estou salientando no decorrer de toda esta disciplina: há sempre uma relação entre o objeto de nosso estudo com a sociedade; e esse objeto se modifica de acordo com as transformações sociais. Os valores são culturais e vão se modificando no decorrer do tempo. Pensando na, digamos, história social do patrimônio, teremos interferências, até substanciais, na determinação do que será considerado patrimônio. Será que festas pagãs seriam consideradas patrimônio imaterial de um povo na Idade Média, por exemplo, quando a Igreja imperava? Provavelmente, para sobreviver, teriam tais festas que se revestir, mesmo que de maneira falsa, de uma aparente origem religiosa para, aí sim, serem aceitas como algo representante de uma cultura.

A relação com a sociedade, com o que está acontecendo em todas as instâncias, sejam políticas, econômicas, educacionais, culturais etc., não pode nunca ser desconsiderada.

As concepções sobre patrimônio defendidas pelos “especialistas” são muitas vezes próximas, diferentes ou até mesmo opostas, conflitantes. Isso vai refletir na escolha dos bens considerados patrimônio.

Um importante dicionário voltado para a política cultural, cujo autor, *José Teixeira Coelho Netto*, foi durante muitos anos professor do curso de Biblioteconomia da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, em um verbete específico sobre Patrimônio Cultural, nos mostra a contradição de conceitos e ideias que tentei evidenciar entre os pesquisadores e estudiosos do tema:

‘Patrimônio [cultural] é o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país, cuja conservação seja de interesse público quer por sua vinculação a fatos memoráveis, quer pelo excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.’ Essa é a definição dada a patrimônio pelo Decreto-lei n.25 promulgado durante o estado Novo no Brasil. A Carta do México em defesa do Patrimônio Cultural apresenta o patrimônio cultural de um país como ‘o conjunto dos produtos artísticos, artesanais e técnicos, das expressões literárias, lingüísticas e musicais, dos usos e costumes de todos os povos e grupos étnicos, do passado e do presente’.

Uma e outra definições, oriunda a primeira de um governo ditatorial e, a segunda, de uma organização de espírito democrático, seguem pelos mesmos trilhos durante boa parte do percurso. Divergem apenas, expressamente, quando a Carta do México aponta os fatos do presente como passíveis de inserção no patrimônio cultural de um grupo, enquanto o estado Novo mencionava apenas os fatos ‘memoráveis’, o que abria um caminho para o trato privilegiado dos produtos e expressões do passado. O lugar de destaque dado habitualmente à cultura do passado explica-se pela existência já razoavelmente cristalizada, neste caso, de um campo consensual para o qual convergem as opiniões e interesses de parcelas mais amplas da população – opiniões e interesses que certamente entrariam em conflito se referidos a aspectos do presente mergulhados em debates aquecidos do ponto de vista social e político. Voltando-se para o passado, a prática patrimonialista lida com obras em princípio dissociadas historicamente (embora não filosoficamente ou ideologicamente) dos contextos sociais nos quais se originaram, podendo passar despercebidas ou mostrar-se ‘neutras’. (1997, p. 286-287)

Foi possível perceber que as concepções podem interferir e o fazem na tomada de decisões de todas as coisas, incluindo as vinculadas ao patrimônio. Assim, podemos afirmar que alguns bens podem ser considerados patrimônio em determinados países e bens semelhantes podem não ser considerados patrimônio em outros. Dentro de um mesmo país, alguns bens podem ser considerados patrimônio por uma parcela dos especialistas e não ser por outro grupo de especialistas. O olhar sobre o

objeto, material ou não, é impregnado de valores, de significados presentes e também formadores do conhecimento dos sujeitos.

As discussões e aprendizados sobre patrimônio não têm fim. Não é possível colocar um ponto final na busca por ampliar o nosso conhecimento sobre esse ou qualquer outro assunto. Fico na esperança de que o que vimos até aqui possa atizar sua curiosidade e seu interesse sobre o patrimônio e o motive a buscar outros textos, outros materiais.



4.5.1 Atividade

Com um papel e uma caneta, tente observar – e anotar – tudo o que, na sua casa, você considera como de valor e que pode ser identificado como algo com tal significado em sua vida que você mesmo tombaria como patrimônio pessoal.

Resposta comentada

O interessante nesta atividade é observar como somos cercados por uma variedade enorme de objetos, com funções as mais diversas, e que, em sua totalidade, compõem nosso patrimônio pessoal. Percebemos, também, que o valor que atribuímos aos objetos são muito pessoais e diferem muito do seu objetivo “valor de mercado”.

Há muitas coisas que jogamos fora e outras nós guardamos. Estas foram preservadas pois possuem um significado diferenciado. Às vezes mantemos objetos de que nem gostamos, mas que foram dados por alguém que estimamos, ou que possuem um significado sentimental (como uma pequena joia que pertenceu a um parente falecido) ou, ainda, que nos lembram um período importante em nossa vida, por exemplo.



4.5.2 Atividade

Acesse o texto de *Eduardo Ismael Murguia* e *Silvia Nathaly Yassuda* intitulado *Patrimônio histórico-cultural: critérios para tombamento de bibliotecas pelo IPHAN* disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v12n3/a06v12n3.pdf>> e responda as seguintes questões:

- discorra sobre o processo de legislação patrimonial no Brasil;
- discorra sobre os processos de tombamento da Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro), da Biblioteca do Mosteiro e da Igreja de São Bento (Salvador – BA) e da Biblioteca da Capela da Venerável Ordem Terceira do Carmo (São Paulo – SP).

Em primeiro lugar, a proposta da atividade é levá-lo a procurar e acessar um texto que aborde uma das temáticas da disciplina. No caso, dois autores que pesquisam e conhecem o assunto “patrimônio histórico-cultural”. Você, certamente, acessou o texto e o leu. A primeira coisa que você deve ter notado é que o texto é um artigo publicado na revista *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 12, n. 3, abrangendo o período de setembro a dezembro de 2007. Além disso, consta que o artigo pode ser encontrado entre as páginas 65 e 82.

Sobre o texto em si, depois de uma introdução falando sobre os objetivos do artigo, os autores iniciam o segmento “2” buscando explicar o que é patrimônio histórico e artístico.

O segmento “3” discorre sobre as leis que regem o patrimônio no Brasil, com um pequeno histórico e com destaque, entre outros, para o IPHAN. Como você leu, sabe a que estou me referindo. Não esqueça que o artigo foi publicado em 2007 e a parte legislativa pode ter sofrido pequenas alterações.

Os segmentos “4” e “5” voltam-se para as bibliotecas e se valem de alguns exemplos. Fechando o artigo, o segmento “6” apresenta as conclusões dos autores sobre o tema. Quando nós conhecemos um pouco sobre um determinado assunto, quando lemos algo sobre ele, o entendimento fica mais fácil. Você não sentiu isso lendo o artigo?

4.6 RESUMO


A palavra memória, quando nos vem à mente, quase sempre é relacionada a ideias de recordações, lembranças. Memória deve ser sempre entendida caminhando ao lado do esquecimento. Este é necessário até para a nossa sobrevivência e sanidade mental.

Vários filmes utilizam a memória como base central para seus enredos.

Devemos atentar para o fato de que a memória pode ser individual e coletiva. Vivemos no coletivo e nossa memória, além de individual, também é coletiva. Partilhamos uma história coletiva, de todos os que vivem próximos. A biblioteca, nosso espaço de trabalho, vai se preocupar com a memória coletiva, embora esta seja feita também de memórias individuais, de memórias pessoais.

Biografias de pessoas conhecidas ou não, trazem a cultura, os valores, a sociedade da época em que elas viveram. Contam, assim, a história dessas pessoas, mas, ao mesmo tempo, contam a história de um país, de uma época.

Atividades desenvolvidas em bibliotecas buscam resgatar a memória de pessoas mais velhas que vivem na comunidade servida por ela. A intenção é a de preservar não apenas a história do indivíduo, mas a história



coletiva, a história da própria comunidade. Fazemos parte dos espaços da memória e trabalhamos com ela, tanto individual, como coletiva.

Em relação ao patrimônio, nosso primeiro entendimento é o que o refere aos bens de uma pessoa. Vivemos em uma sociedade capitalista e essa reação é normal. O patrimônio pode não estar circunscrito apenas aos bens de uma pessoa, mas pode se referir aos bens de uma empresa, de uma instituição, de um município, de um estado ou de um país. Na Biblioteconomia, não nos interessa os bens que podem ser transformados em dinheiro, mas aqueles que possuem outros significados. Uma primeira divisão do patrimônio pode identificá-lo como patrimônio material e patrimônio imaterial.

A Biblioteconomia trabalha, em especial, com o patrimônio histórico e cultural, de maneira mais forte e acentuada quando é ele coletivo.